



**EMPRESA DE GESTÃO DE RECURSOS DO ESTADO DO PIAUÍ S/A –
EMGERPI**

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

REALIZADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A EMGERPI – Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí S.A., é uma sociedade de economia mista, criada por força da Lei complementar nº. 83 de 12 de abril de 2007, cujo objetivo é aprimorar e gerenciar os recursos humanos, além de garantir a produtividade dos servidores no exercício de suas atividades.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas integralmente de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requeridas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 e suas alterações, nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Compreende o conjunto dessas demonstrações: Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido do Período e Demonstração dos Fluxos de Caixa, apresentadas de forma comparativa em moeda corrente (Real).

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado



O resultado das operações (receitas e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. As receitas são reconhecidas no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa da sua realização.

b) Estimativas contábeis

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como a mensuração de valor residual de ativo imobilizado, provisão para contingências, estimativas da vida útil de determinados ativos e passivos relacionados a empregados, e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas pode resultar em valores diferentes dessas estimativas e premissas, em decorrência da imprecisão do processo de sua determinação.

c) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, tributos a recuperar, outros recebíveis, assim como valores a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras dívidas.

Instrumentos financeiros estão reconhecidos inicialmente pelo valor nominal. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados ao valor justo acrescido de eventuais encargos ou reduzido por eventuais diminuições no valor recuperável.

d) Disponível

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento do exercício, com liquidez imediata, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

e) Contas a Receber

No Balanço refere-se ao subgrupo 'Devedores Diversos', formado essencialmente por adiantamento a fornecedores.

f) Imobilizado



O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração de resultado.

g) Passivo circulante

As obrigações junto a fornecedores estão demonstradas ao custo de cada operação, quando aplicável. As obrigações fiscais, trabalhistas, sociais e tributárias estão demonstradas pelo valor principal das obrigações.

NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	2022 (R\$)	2021 (R\$)
Caixa	0,00	0,00
Banco c/ Movimento	49.013,03	133.268,52
Banco - SIAFE	0,00	0,00
Aplicação Financeira Convênios	12.583,50	2.449,41
	61.596,53	135.717,93

Ao final do Exercício, o valor de R\$ 61.596,53 (sessenta e um mil, quinhentos e noventa e seis reais e cinquenta e três centavos), constante no grupo “Banco c/ Movimento”, é composto principalmente por valores bloqueados judicialmente nas contas 824-4, 467-2 e 4842-1 da Caixa Econômica Federal.



NOTA 5 – CONTAS A RECEBER

O montante apresentado no Balanço Patrimonial refere-se aos subgrupos: “Devedores Diversos”, composto principalmente pela conta “Adiantamento a fornecedores”.

NOTA 6 – CONVÊNIOS DIVERSOS

Refere-se a convênios firmados pela extinta COMDEPI, os quais estão em processo de análise documental para as devidas finalizações.

NOTA 7 – TOMADAS DE CONTAS ESPECIAIS E COBRANÇAS JUDICIAIS

Descrição	2022 (R\$)	2021 (R\$)
Tomadas de Contas	546.708,24	546.708,24
	546.708,24	546.708,24

O montante de R\$ 546.708,24, refere-se a adiantamentos de Fundos Fixos concedidos em anos anteriores que não tiveram suas baixas contábeis realizadas por ausência de prestações de contas e/ou prestações não considerada aptas para a baixa.

Os referidos adiantamentos foram divididos e reclassificados em:

1. Tomadas de Contas Especiais, para valores a partir de R\$ 50.000,00 (cinquenta de mil reais); e
2. Cobranças Extrajudiciais, para valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta de mil reais).

Os processos de Tomadas de Contas Especiais foram instaurados e analisados pela comissão de Tomadas de Contas e após emissão de relatório, foram devidamente encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado do Piauí – TCE/ PI como parte do procedimento. Em relação aos valores inferiores a R\$ 50.000,00, foram emitidas cobranças extrajudiciais aos responsáveis.



NOTA 8 - DEPÓSITOS RECURSAIS E JUDICIAIS

Integrados por valores decorrentes de bloqueios judiciais, prioritariamente de ordens trabalhistas.

NOTA 09 – FCVS A RECEBER

Representa os créditos a receber do Fundo de Compensação de Variações Salariais, referentes a contratos de financiamento da Carteira Imobiliária COHAB/EMGERPI.

NOTA 10 – IMOBILIZADO E DEPRECIÇÃO

Discriminação	2021 (R\$)	2022 (R\$)
Depreciação Anual	32.167,38	9.398,25
Ajuste de Saldos	(23.688,47)	-
Saldo da Depreciação	4.087.971,59	4.097.369,84

O imobilizado é registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é computada pelo método linear, com base na vida útil estimada de cada bem. A vida útil estimada e o método de depreciação são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. O saldo do imobilizado inclui todos os gastos alocáveis aos bens durante a sua fase de construção e/ou a fase de testes pré-operacionais dos bens.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Os ganhos e as perdas em alienações são apurados comparando-se o produto da venda com o valor residual contábil e são reconhecidos na demonstração de resultado.



NOTA 11 – IMPOSTOS E TAXAS A RECOLHER

Ao final do Exercício de 2022, parte do saldo constante refere-se prioritariamente a INSS devidos.

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES COM PESSOAL

Valores referentes a despesas com Folha de Pagamento, Contribuições Sindicais e Consignados.

NOTA 13 – RECEITAS

As transferências de recursos oriundos do Governo do Estado do Piauí no exercício de 2022 para manutenção da Empresa são contabilizadas na seguinte conta:

❖ Ganho com Doações e Subvenções de Custeio do Estado – R\$ 103.229.895,55.

NOTA 14 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A) CAPITAL SOCIAL

O Capital Social é de R\$ 125.885.754,92, representado, por 125.885.754 ações ordinárias nominativas.

B) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

❖ De acordo com a Lei das S/A (Lei 6.404/1976), o lucro líquido do exercício não deve ser influenciado por efeitos que pertençam a exercícios anteriores, ou seja, deverão transitar pelo balanço de resultados somente os valores que competem ao respectivo período.

❖ Na conta Ajuste de Exercícios Anteriores são contabilizadas as retificações de erros imputáveis a determinado exercício anterior. Neste exercício foram contabilizados os seguintes ajustes:



		DÉBITO	CRÉDITO
Ajuste de Saldo FCVS	B.1)		430.850,05
Demais Ajustes	B.2)		40.223,62
TOTAL			471.073,67

B.1) Ajuste de Saldo FCVS

Referem-se a ajustes de saldo contábil, referente a recebimento de créditos oriundos de títulos FCVS (Fundo de Compensação de Variações Salariais), decorrente de saldos devedores remanescentes de contratos firmados com mutuários finais no sistema financeiro habitacional, que devem ser destinados ao Fundo de Previdência Social do Estado do Piauí, conforme disposto na Lei Complementar nº 39, de 14 de julho de 2004.

B.2) Demais Ajustes

Valor correspondente a ajuste de provisões de IRRF-Terceiros, ISS e Contribuições Federais (PIS/COFINS/CSLL).

C) PREJUÍZO DO EXERCÍCIO

❖ A base das receitas da Empresa são as subvenções recebidas destinadas ao custeio, não somente das despesas do exercício, como também de despesas já reconhecidas e não pagas em exercícios anteriores.

❖ Assim, foi contabilizado na conta de 'Prejuízos Acumulados – Prejuízo o valor de R\$ 971.034,80, aumentando o prejuízo acumulado.

❖ Prejuízo Acumulado engloba o Resultado do Exercício mais as variações dos Ajustes de Exercícios Anteriores, ficando no exercício de 2022 no valor de R\$ 192.702.355,40.

D) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido é de R\$ 66.110.506,67.



E) **DIVIDENDOS**

Aos acionistas estão assegurados dividendos na ordem de 25% do lucro líquido ajustado do exercício. Em decorrência de prejuízos acumulados não foram distribuídos dividendos neste exercício.

Teresina (PI), 31 de dezembro de 2022.

Décio Solano Nogueira

Diretor Presidente

Manoel Luis Figueredo Neto

Diretor Administrativo, Financeiro e Contábil

Anderson Régis Viana da Cunha

Contador CRC-PI nº 7407